

Estratégias Administrativas No Enfrentamento Do Abandono De Animais: Análise De Caso Em Nova Olinda Do Norte-Am

Fernanda Lemos de Oliveira, Disc.
Universidade Do Estado Do Amazonas (UEA), Brasil

Luciani Jefferson Taquita, Disc.
Universidade Do Estado Do Amazonas (UEA), Brasil

Elione Reis Viana, Disc.
Universidade Do Estado Do Amazonas (UEA), Brasil

Marcello Pires Fonseca, Dout.
Universidade De Ciências Empresarias E Sociais (UCES), Argentina

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar e detalhar as estratégias administrativas para combater o abandono de animais em Nova Olinda do Norte. Para tanto, foi realizado um estudo de caso com o uso de um questionário semiestruturado aplicado aos moradores dos bairros Aerolândia e Santa Luzia, que representam as áreas periférica e central da cidade, respectivamente. O trabalho é classificado em uma pesquisa de qualidade, exploratória e pesquisada. Os resultados mostraram que os maiores motivos para o abandono são mudanças de residências, dificuldades financeiras, animal doente e falta de conscientização. Também foi possível observar que o abandono está diretamente relacionado ao número altíssimo de doenças zoonóticas, assim como os acidentes de trânsito, poluição e cheiros ruins e afeta a área periférica com a maior parte do caso. Como resultado, foi possível averiguar a rápida necessidade de urgência das políticas, castração, uma fiscalização mais eficaz, e o principal uma parceria mais efetiva entre o poder público e a comunidade, com o intuito de solucionar esta situação.

Palavras-chave: abandono de animais; saúde pública; impactos sociais.

ABSTRACT

The objective of this article was to investigate and detail administrative strategies to combat animal abandonment in Nova Olinda do Norte. To this end, a case study was conducted using a semi-structured questionnaire administered to residents of the Aerolândia and Santa Luzia neighborhoods, which represent the peripheral and central areas of the city, respectively. The study is classified as qualitative, exploratory, and descriptive research. The results showed that the main reasons for abandonment are changes of residence, financial difficulties, sick animals, and lack of awareness. It was also observed that abandonment is directly related to the high number of zoonotic diseases, as well as traffic accidents, pollution, and foul odors, with the peripheral area being the most affected. As a result, the study highlighted the urgent need for policies, sterilization programs, more effective enforcement, and, most importantly, a stronger partnership between public authorities and the community to address this issue.

Keywords: abandonment of animals; public health; social impacts.

Date of Submission: 02-06-2025

Date of Acceptance: 12-06-2025

I. INTRODUÇÃO

A OMS afirma que, existem aproximadamente 30 milhões de animais abandonados no Brasil, entre cães e gatos. A irresponsabilidade das pessoas causa o abandono de animais domésticos, se tornando um grande problema frequente nas cidades, principalmente em áreas públicas, como praças e parques. Vale ressaltar que o

mesmo é crime ambiental (Lei Federal nº 9605/1998), e também se faz ser uma crueldade contra a vida dos animais, pois eles sofrem com sede, fome, doenças e maus-tratos. Além disso, podem causar graves problemas, tanto ambientais quanto de saúde pública.

O abandono e maus tratos aos animais tem sido alvo de grande discussão nos tempos modernos, a grande quantidade de animais que circula pelas ruas e o combate ao abandono concentra-se nas castrações e em abrigos, contudo essa política ainda se faz ineficiente. A OMS estima que desses 30 milhões aproximadamente de animais abandonados, cerca de 20 milhões são cães e 10 milhões são gatos, esses números só refletem como é preocupante este aumento populacional de animais abandonados no Brasil.

Neste sentido torna-se preciso um investimento maior por parte de nossos representantes, pois ações isoladas não são eficazes e preciso atitudes que tenham como foco, resgatar princípios éticos e morais, ou seja, mostrar que nós seres humanos fazemos se importamos com esta causa e que temos como obrigação aceitar que se faz necessário aprender a viver em equilíbrio.

Compreende-se que diminuir a população de cães no município é uma questão de utilidade pública, contribuindo para a formação da sociedade. Não podemos esperar apenas pelo poder público, mas é preciso que a sociedade também se mobilize fazendo denúncias. Segundo (Ebling, Guaribroba e Benarrósh, 2021) a ação legislativa relacionada à criminalização dos maus tratos tem avançado, assim como a discussão a respeito dessa temática também é discutida em diversos aspectos nas cortes superiores como as vaquejadas e rinhas de galo.

Diante da atenção dada para a violência contra os seres humanos, acabamos por nos esquecer da violência contra os animais, pois em nossa rotina diária presenciamos situações extremas, pois assim como existem animais bem tratados por pessoas que lhes proporcionam uma vida de carinho, amor, abrigo e até luxos desnecessários, existe também animais abandonados nas ruas, passando necessidades e submetidos a abusos e maus tratos.

Outro fator relevante é a falta de conscientização, responsabilidade e conhecimentos, neste sentido, medidas precisam ser tomadas para conter esse aumento descontrolado, caso contrário, conseqüentemente também será alvo do descontrole, pois o contato direto com esses animais abandonados sem nenhum cuidado pode expor a população a risco elevados de doenças, como representam um grave problema, pois os mesmos são os principais reservatórios e transmissores de doenças como raiva e leishmaniose visceral, configurando-se em importante questão ambiental.

É importante demonstrar que o abandono dos animais, geram transtorno e conseqüências tanto no trânsito, como vítimas de atropelamentos e crueldade, como os causadores. Mediante as informações acima a problemática desta pesquisa é: Como as iniciativas de sensibilização e educação atualmente influenciam a eficácia das estratégias administrativas no enfrentamento do abandono de animais em Nova Olinda do Norte?

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Fundamentação teórica é procurar informação que não se sabe e precisa saber. É necessário conhecer as fontes e os métodos de busca como, artigo, livro, texto. É o estudo feito anteriormente que colaboraram para a construção de uma outra tese. São esses estudos anteriormente que ajudarão firmar o seu estudo.

Conclui-se que a fundamentação teórica é essencial no processo de pesquisa pois agrega valor na orientação para análise e interpretação de dados coletados para a pesquisa, uma vez que devem ser representados por intermédio do referencial teórico efetivo.

Além disso, os fundamentos da pesquisa também servem para orientar à análise e interpretação dos dados apresentados no estudo. Sendo imprescindível que o conteúdo coletado seja analisado a partir de referenciais existentes. “A fundamentação Teórica baseia-se na pesquisa bibliográfica feita pelo pesquisador e que compreende a consulta a livros, periódicos à internet, sobre os assuntos abordados no trabalho em questão.” (Fonseca, 2010, p. 89).

Motivos do Abandono de Animais nas ruas

Na América Latina, o abandono de animais é uma realidade triste e frequente, com impactos profundos em diferentes aspectos da sociedade. Um dos efeitos mais preocupantes está na saúde pública, já que animais abandonados podem transmitir doenças e agravar problemas sanitários. Além disso, essa situação contribui para desequilíbrios ambientais, afetando diretamente os ecossistemas locais.

Do ponto de vista econômico, os governos tanto municipais, estaduais quanto federais arcam com custos elevados para lidar com as conseqüências desse problema. Mas, acima de tudo, o abandono fere o bem-estar animal, deixando esses seres vulneráveis à fome, ao sofrimento e aos maus-tratos (Alves et al., 2013; Rojas et al., 2021).

A gravidade da situação vai além do que muitos imaginam. Os relatos de crueldade contra animais abandonados são chocantes: espancamentos, queimaduras, doenças negligenciadas e abusos de toda sorte. Nas

grandes cidades ou em municípios menores, o abandono reflete não só uma crise de saúde pública, mas também uma falta de ética e responsabilidade social (Araújo e Pelisson, 2024).

Uma das grandes perguntas a serem respondidas é por que as pessoas abandonam os animais?

Entre as justificativas mais comuns estão: A chegada de um bebê na família; Períodos de férias escolares; Dificuldade de adaptação ao animal, curiosamente, os abandonos tendem a aumentar durante as férias e festas de fim de ano.

A situação é ainda mais alarmante quando consideramos os danos emocionais sofridos pelos animais. Eles sentem medo, tristeza e ansiedade ao serem deixados em locais desconhecidos, longe daqueles que consideravam sua família. Expostos a perigos e à reprodução descontrolada, esses animais formam uma população de rua que cresce rapidamente, agravando os riscos sanitários.

Como destaca (Ozório, 2013), o abandono traz consequências graves tanto para os animais quanto para a sociedade. Seu estudo reforça a importância da posse responsável, mostrando que a solução vai muito além de políticas públicas, mas também da consciência de cada um de nós:

A esterilização é um ponto frisado no grupo por sua relação com o abandono de animais nas ruas. O conceito de abandono é estendido não apenas aos animais que foram despejados por quem não os desejava mais, mas a todos os que estão nas ruas, independentemente de sua origem. O acesso às ruas é visto como um perigo, na medida em que os animais podem fugir, ser atropelados, envenenados, cruzar gerando filhotes que nascem abandonados, sofrer maus-tratos diversos, contrair doenças. No ambiente doméstico, imagina-se que o animal será bem acolhido, amado, cuidado e viverá feliz. São representações sobre a casa e a rua.

Apesar de que os donos de animais de estimação estejam mais respeitosos e conscientes, o número de animais de rua, abandonados e mortos em abrigos e galpões públicos ainda é muito alto (Marquetti apud Singer, 2010)

Uma pesquisa realizada em 12 abrigos nos EUA, envolvendo 1.984 cães e 1.286 gatos, revela os motivos que levam os animais a serem abandonados em abrigos. Dentre eles, os motivos com maior porcentagem, tanto para cães quanto para gatos, atingindo respectivamente, 18,5% e 37,7%, é a questão deles sujarem a casa, seguido de destrutivo fora de casa com 12,6% e 11,4%, agressividade com pessoas com 12,1% e 10,9%, além de vários outros motivos, como ser fujão, ativo demais, não se adapta com outros pets, morde, requer muita atenção, destrutivo dentro de casa, desobediente, late ou uiva muito e eutanásia por motivos de comportamento.

Diante da irresponsabilidade humana, muitos animais acabam nas ruas, enfrentando situações extremas: desde agressões até o risco de contrair e transmitir doenças. Essa realidade não só ameaça à saúde, mas também a própria sobrevivência desses animais.

Ao longo das transformações sociais e ambientais dos últimos séculos, surgiu a necessidade de repensar nossa relação com a natureza e, nesse contexto, a proteção animal ganhou destaque. O ser humano, em sua busca por progresso, não apenas esgotou recursos naturais, mas também explorou espécies inteiras, seja pela caça, pesca predatória ou maus-tratos. Com o tempo, esses excessos despertaram a atenção não só de ambientalistas, mas também de defensores dos animais, que passaram a exigir maior conscientização e leis mais eficientes para preservar a vida em todas as suas formas.

Para enfrentar o problema dos animais abandonados, é essencial entender como eles são vistos tanto global quanto localmente. Quais direitos lhes são reconhecidos? Quais responsabilidades cabem aos humanos e ao poder público? Essas reflexões são o primeiro passo para construir soluções reais. Nas pesquisas de (Medeiros, 2013, p.170)

Os direitos defendidos por Regan, são os direitos morais básicos que englobam todas as raças, todas as nacionalidades, os sexos, e as espécies. Para o Autor, os animais não humanos detêm direitos básicos como: a vida, a liberdade e a integridade física. Portanto jamais deveriam ser sacrificados em benefício de outrem, por exemplo.

O crescente abandono de animais domésticos nas ruas tornou-se um desafio ambiental urgente, que precisa ser encarado não apenas como responsabilidade do poder público, mas como um dever de toda a sociedade. Afinal, governo e cidadãos fazem parte de um mesmo sistema e as consequências dessa negligência afetam a todos.

Mais do que um simples ato de irresponsabilidade, abandonar um animal é condená-lo a um sofrimento lento e cruel, muitas vezes fatal. Diante disso, fica claro que a solução exige uma mudança profunda: além de políticas públicas eficientes e fiscalização rigorosa, é preciso transformar a mentalidade das pessoas sobre posse responsável.

Os impactos dessa prática são catastróficos e vão muito além dos animais abandonados atingem o equilíbrio ambiental e refletem a relação falha entre humanos e natureza.

Consequências do Abandono de Animais nas ruas

Ao longo da história, os animais sempre estiveram ao lado do ser humano. Serviram como força de trabalho, fonte de alimento, meio de transporte e até como forma de entretenimento. Durante muito tempo, no entanto, foram vistos como seres inferiores, sem direitos ou qualquer tipo de consideração. Felizmente, essa visão tem evoluído, tanto no campo jurídico quanto no social. Ainda assim, é urgente promover maior conscientização para que as mudanças necessárias de fato aconteçam.

O abandono de animais é uma realidade que diz respeito a todos nós. Quem nunca presenciou um cachorro perambulando pelas ruas, fuçando o lixo em busca de comida? Essa cena comum reflete um problema de saúde pública. Animais que vivem nas ruas, sem vacinação ou castração, ficam vulneráveis a diversas doenças – muitas das quais podem ser transmitidas entre eles e também aos seres humanos.

Cães em situação de abandono, por exemplo, estão sujeitos a doenças sérias como a parvovirose, transmitida pelo contato com fezes de outros cães infectados, e a cinomose, que afeta principalmente os filhotes e pode ser contraída pelo ar ou contato direto com animais doentes. Para os humanos, a convivência com esses animais pode representar risco de transmissão de enfermidades como sarna, micose e brucelose – esta última, em casos graves, podendo atingir órgãos vitais como o coração e o sistema digestivo. Uma das mais preocupantes é a leishmaniose, capaz de provocar úlceras e tumores nas vias respiratórias.

Além dos riscos à saúde, o abandono também impacta a expectativa de vida desses animais. Um cão bem cuidado de até 10kg pode viver até 20 anos. Já cães com peso entre 10kg e 25kg tendem a viver cerca de 14 anos, enquanto os que ultrapassam esse peso chegam, em média, aos 12 anos. Por outro lado, animais de rua costumam ter sua vida reduzida à metade dessa estimativa, devido à exposição contínua a riscos e à ausência de cuidados básicos.

Outro fator preocupante é a insegurança provocada por esses animais nas vias públicas. O abandono pode causar acidentes de trânsito, colisões, atropelamentos, além de ataques a pedestres e ciclistas. Há ainda o problema das brigas entre os próprios animais, que podem terminar em ferimentos graves ou até morte.

Com o crescimento desordenado das cidades, o ambiente natural vem sendo drasticamente alterado, obrigando os animais, inclusive os domésticos, a se adaptarem às novas condições para sobreviver. Esse processo descontrolado de urbanização e expansão populacional afeta diretamente a relação entre o ser humano e os demais seres vivos.

Buscando garantir a saúde das pessoas e o equilíbrio ambiental, muitas das ações voltadas à proteção animal surgiram inicialmente com foco no bem-estar humano. No entanto, com o passar do tempo e a evolução da consciência social, os animais passaram a ser reconhecidos como parte integrante do meio ambiente, merecendo respeito e proteção, sem distinção.

Sendo o ser humano um dos principais agentes de transformação do meio ambiente, é seu dever juntamente com o Poder Público cuidar e preservar a vida animal. Afinal, foi justamente o avanço humano que alterou drasticamente o equilíbrio ambiental.

É fundamental repensar a forma como a sociedade se relaciona com a fauna. O ser humano se consolidou como o maior predador da natureza, sendo responsável pela extinção de diversas espécies. A destruição de habitats naturais, a introdução de espécies invasoras e a caça indiscriminada são fatores decisivos para a inclusão de inúmeros animais no *Red Data Book* da UICN. Ainda que a caça tenha perdido sua função principal de subsistência, ela segue sendo praticada, agora para proteger plantações, rebanhos ou para a extração de recursos como pele, penas, óleo, marfim e couro. Conforme destaca (Milaré, 2011, p. 208):

É elementar rever o papel da sociedade humana em relação a fauna. O homem é o mais voraz predador da natureza – e a fauna ressurte-se de sua ação que condenou e ainda condena várias espécies de animais. A destruição dos habitats é a primeira grande causa que leva dezenas de espécies a serem incluídas no *Red Data Book* (da UICN), além da importação de espécies estrangeiras que acabam destruindo a fauna local. A caça também pode ser incluída como causa determinante de extinção de várias espécies. Mesmo quando acabou sua função primordial, que era a de alimentar o ser humano, a caça continuou a ser praticada para proteger rebanhos ou colheitas e para extração de couro, pele, penas, óleo e marfim.

Portanto, é evidente que muitos dos danos causados ao meio ambiente são consequência direta da ação humana. Os mesmos que deveriam proteger a natureza, frequentemente tornam-se seus maiores destruidores.

Diante da ineficiência do Poder Público em aplicar penalidades e solucionar essas questões, muitas pessoas só passam a compreender seus deveres e as consequências de seus atos quando são diretamente afetadas por sanções mais rigorosas.

Neste cenário, o direito penal ambiental se revela como um instrumento jurídico essencial na proteção dos chamados bens difusos que pertencem a todos. Como aponta (Godilho, 2011, p. 62):

Assim o direito penal ambiental se constitui num importante instrumento jurídico na tutela desses bens difusos, vez que os danos ao meio ambiente possuem uma elevada danosidade social, por colocar em risco não apenas a vida e saúde dos indivíduos e a perpetuação da espécie humana, mas a própria natureza, que deve ser preservada e objeto de tutela pelo que representa para a presente e as futuras gerações.

Mesmo assim, as medidas administrativas ainda são brandas, e muitas vezes, o abandono de animais sequer é detectado – o que dificulta a fiscalização. Na maioria dos casos, as autoridades só tomam providências a partir de denúncias, o que torna o processo lento e limitado.

Conscientizar as pessoas à não cometer o Ato do Abandono

A qualidade de vida de uma população está diretamente ligada ao ambiente em que ela vive. Quando o espaço habitado por uma comunidade é desorganizado, as consequências vão muito além do desconforto visual afetam diretamente a saúde pública e o bem-estar coletivo.

Ao decidir adotar um animal de estimação, o tutor assume uma série de responsabilidades. Cuidar do bem-estar do animal vai muito além do carinho e da alimentação. Envolve também a prevenção de situações que possam colocar outras pessoas ou o próprio ambiente em risco, como possíveis agressões, a disseminação de doenças ou danos causados por esses animais à coletividade (Molento, 2003; WPA, 2016).

Falar em bem-estar animal é abordar um conceito abrangente. De modo geral, esse bem-estar se refere ao estado completo de saúde física e emocional do animal, além da sua capacidade de se adaptar e viver em equilíbrio com o meio em que está inserido. Isso significa garantir uma boa qualidade de vida ao animal, permitindo que ele mantenha sua saúde e consiga expressar seus comportamentos naturais.

Os problemas relacionados ao abandono e aos maus-tratos de animais não podem ser resolvidos de forma isolada. Eles exigem o engajamento de toda a sociedade: população, órgãos governamentais e profissionais da área. O envolvimento coletivo é essencial para transformar a realidade desses animais e proporcionar a eles melhores condições de vida.

Nesse sentido, é urgente ampliar o acesso à informação, promovendo a educação da sociedade quanto às suas obrigações com a guarda responsável e quanto às atitudes corretas diante de situações de maus-tratos. A mudança começa com a consciência. Como bem afirmou (Freire, 1979, p. 15) “A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade.”

Ou seja, ao reconhecer a realidade em que vivemos e buscar transformá-la damos o primeiro passo em direção a um futuro mais justo não apenas para os humanos, mas também para os animais que compartilham esse espaço conosco.

Solicitar ao poder público a construção de um canil/abrigo para retirada dos animais abandonados nas ruas

A construção de um canil ou abrigo tem como principal objetivo oferecer um espaço adequado para acolher animais que vivem abandonados nas ruas. A proposta é garantir cuidados contínuos por profissionais especializados, além de possibilitar a adoção responsável desses animais.

Diante do crescente número de animais em situação de abandono, torna-se evidente a urgência de um espaço que atenda às suas necessidades básicas. A criação de um canil/abrigo surge como uma alternativa viável para enfrentar essa realidade, que, além de representar um problema social, também pode gerar impactos negativos ao meio ambiente.

Esse tipo de espaço cumpre uma dupla função: além de proporcionar um ambiente físico seguro, funciona como uma moradia temporária, facilitando a retirada dos animais de diversas áreas da cidade. O local oferecerá assistência veterinária e cuidados essenciais, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida desses animais. O objetivo é devolvê-los à sociedade de forma digna e saudável. Como afirma (Rocha, 2013, p. 18): “O abrigo para animais tem como finalidade ser uma edificação na qual será destinada a espécies domésticas que se encontram abandonados na rua ou em locais em que são vítimas de maus-tratos.”

Além dos cuidados básicos, o abrigo contará com áreas destinadas à visitação pública e à realização de feiras de adoção. Essa estrutura permitirá que os animais tenham mais chances de encontrar um lar, além de proporcionar um ambiente no qual possam demonstrar suas emoções de forma segura e acolhedora. Portanto, compreender o processo de reintegração desses animais à sociedade é essencial para garantir uma convivência harmoniosa. Iniciativas como essa servem de base para o desenvolvimento de políticas públicas mais amplas e para a criação de modelos de gestão aplicáveis a outras instituições que também atuam na proteção e cuidado de animais.

Propor à Secretaria Municipal de Saúde e à Vigilância Sanitária, uma Campanha de Castração e Vacinação aos animais abandonados nas ruas

A campanha de castração e vacinação voltada aos animais em situação de abandono tem como principal objetivo oferecer um atendimento mais eficaz aos que forem resgatados, além de contribuir diretamente para o controle da população de cães. Essa medida reflete uma visão mais positiva sobre a vida desses animais, promovendo melhores condições de saúde e bem-estar. De acordo (Carvalho, 2007, p. 46), “A

castração animal tem sido descrita como a principal intervenção de controle populacional de cães e gatos nos municípios, pois atua diretamente na taxa de natalidade animal.”

Uma vez acolhidos, os animais passarão a receber cuidados especializados por parte de profissionais da área da saúde. Esses cuidados envolvem a aplicação de vacinas e o uso de medicamentos para combater parasitas e prevenir doenças, especialmente aquelas que podem ser transmitidas aos seres humanos, como as zoonoses. Além disso, a campanha pretende reforçar as ações de castração e ampliar as iniciativas de conscientização da população, com destaque para a realização de palestras educativas em escolas, promovendo maior engajamento social na causa animal, (Castellanos, 1987).

Parte daí a obrigação do Médico Veterinário responsável pelo setor de adoções do Canil Municipal, a preocupação em dar informações aos que buscam um animal para adoção nesse local. O grau de consciência das pessoas envolvidas depende não só da qualidade das informações que elas recebem, mas também das condições individuais de desenvolvimento social e ambiental

O Poder público será o responsável na manutenção, bem como receber ajuda de organizações governamentais e não governamentais. Atuará com a promoção de ações educativas, castrações e vacinações em massa, assistência veterinária e feiras de adoção.

III. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa e exploratória visando compreender de forma aprofundada as causas consequências e possíveis soluções para o problema do abandono de animais no município de Nova Olinda do Norte. A pesquisa foi estruturada em três etapas principais que se complementam para oferecer uma visão abrangente do fenômeno estudado.

Inicialmente foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica que incluiu a revisão de artigos científicos livros dissertações e documentos oficiais como a Lei Federal nº 9605/1998 e relatórios da Organização Mundial da Saúde As fontes foram selecionadas em bases de dados acadêmicas como Google Acadêmico além de materiais disponibilizados por órgãos governamentais e organizações não governamentais. Essa etapa permitiu construir um sólido referencial teórico sobre o tema identificando as principais discussões e lacunas existentes na literatura.

Posteriormente foi conduzida uma pesquisa de campo com aplicação de questionários semiestruturados a cem moradores do município selecionados por conveniência em áreas com maior incidência de animais abandonados incluindo o centro áreas periféricas e zonas rurais. O instrumento de coleta continha perguntas abertas e fechadas abordando os motivos do abandono a percepção sobre os riscos à saúde pública e ao meio ambiente além de sugestões para políticas públicas. Essa abordagem permitiu captar tanto dados quantificáveis quanto opiniões e experiências pessoais dos participantes.

Complementando esses dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco agentes públicos das secretarias municipais de Saúde Meio Ambiente e Vigilância Sanitária. Essas entrevistas tiveram como objetivo compreender os desafios institucionais enfrentados no combate ao abandono de animais e coletar sugestões para ações viáveis a partir da perspectiva dos profissionais diretamente envolvidos com a questão.

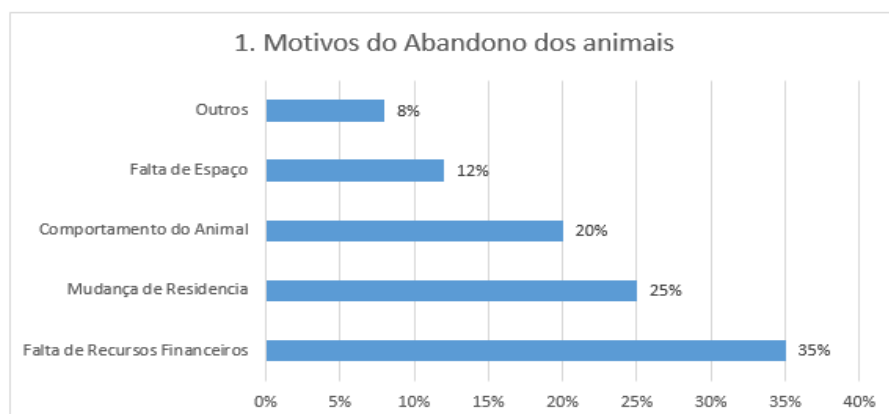
Para análise dos dados foi adotada uma abordagem mista. Os dados quantitativos provenientes das perguntas fechadas dos questionários foram processados por meio de estatística descritiva. Já os dados qualitativos das respostas abertas e das entrevistas foram submetidos à análise de conteúdo que permitiu identificar categorias temáticas como falta de conscientização e ineficiência de políticas públicas. Essa triangulação metodológica enriqueceu a interpretação dos resultados garantindo maior robustez às conclusões.

A apresentação dos resultados foi organizada de forma a destacar tanto os dados quantitativos por meio de tabelas e gráficos quanto as análises qualitativas com trechos significativos das entrevistas e questionários. Essa abordagem mista de análise e apresentação dos dados permitiu uma compreensão mais completa e contextualizada do problema do abandono de animais no município estudado.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados revelaram um cenário complexo sobre o abandono de animais em Nova Olinda do Norte, com múltiplos fatores interligados que demandam intervenções em diferentes níveis.

Gráfico 01 – Principais motivos do abandono dos animais.



Fonte: Oliveira, 2025.

A análise dos questionários apontou que a falta de recursos financeiros (35%) e as mudanças de residência (25%) aparecem como principais motivos alegados para o abandono, seguidos por problemas comportamentais dos animais (20%). Esses percentuais sugerem que questões socioeconômicas e de mobilidade urbana têm impacto significativo na permanência dos animais nos domicílios.

Gráfico 02 – Dados Sanitários



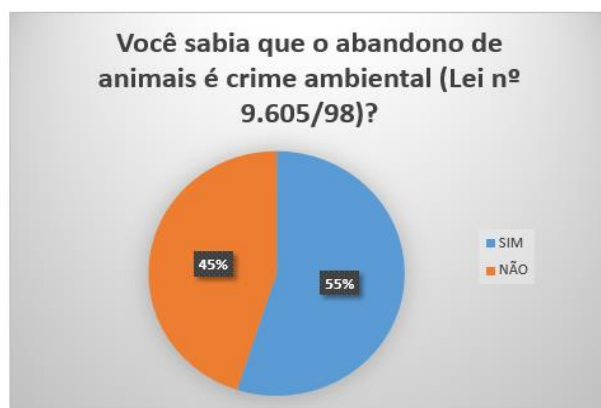
Fonte: Oliveira, 2025.

As entrevistas com os profissionais de saúde e meio ambiente revelaram uma preocupação unânime quanto aos riscos sanitários. Os profissionais destacaram que 60% dos animais recolhidos nas ruas apresentavam sinais de zoonoses, sendo a leishmaniose a mais frequente (40% dos casos). Os agentes públicos ainda relataram que a ausência de um canil municipal dificulta o controle epidemiológico, deixando a população mais vulnerável.

A análise qualitativa das respostas abertas permitiu identificar três eixos problemáticos principais:

1) Falta de conscientização: Muitos entrevistados (45%) desconheciam que o abandono é crime ambiental, revelando uma lacuna importante na educação comunitária.

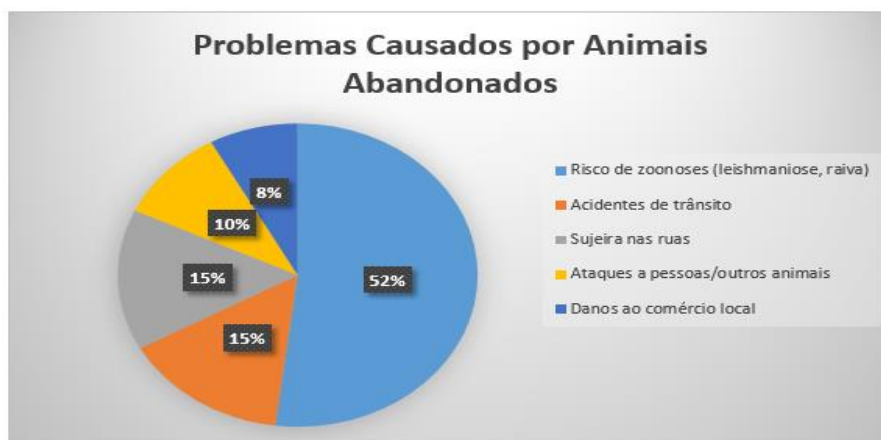
Gráfico 03 – Se a população tem conhecimento se o abandono de animais é crime ambiental.



Fonte: Oliveira, 2025.

- 2) Fragilidade institucional: As entrevistas mostraram que o município não possui políticas estruturadas para o controle populacional de animais.
- 3) Impacto urbano: Os relatos dos moradores indicam que os animais abandonados causam transtornos cotidianos, desde acidentes de trânsito (15% dos entrevistados presenciaram) até danos ao comércio local (8% mencionaram prejuízos).

Gráfico 04 – Problemas causados por Animais Abandonados

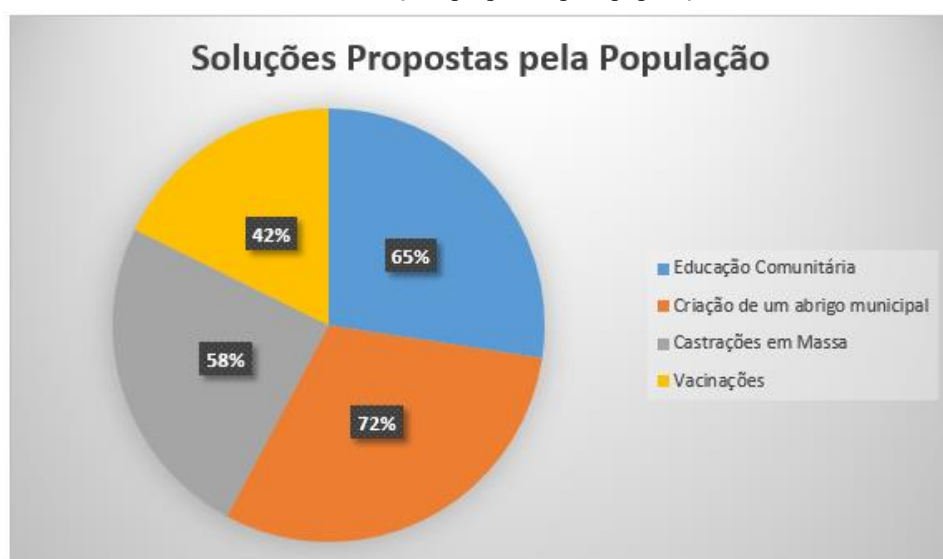


Fonte: Oliveira, 2025.

Os resultados demonstram que o abandono de animais em Nova Olinda do Norte não pode ser entendido como um problema isolado, mas como um sintoma de questões estruturais mais amplas. A conjugação de fatores econômicos, educacionais e de gestão pública cria um ciclo vicioso que perpetua a situação. Particularmente preocupante é a relação entre abandono e saúde pública, com altos índices de zoonoses que sobrecarregam o sistema de saúde local.

As soluções apontadas pelos participantes do estudo convergem para três frentes principais:

Gráfico 05 – Soluções propostas pela população de NON.



Fonte: Oliveira, 2025.

- Educação comunitária: 65% dos entrevistados sugeriram campanhas nas escolas e meios de comunicação, reforçando a importância da posse responsável.
- Infraestrutura pública: A criação de um abrigo municipal foi a proposta mais mencionada (72%), com ênfase na necessidade de parcerias entre poder público e organizações da sociedade civil.
- Ações preventivas: As castrações em massa (58%) e vacinações (42%) apareceram como medidas prioritárias, corroborando estudos que demonstram a eficácia destas intervenções.

Esta pesquisa confirma a complexidade multidimensional do abandono animal, exigindo abordagens intersetoriais que combinem políticas públicas, engajamento comunitário e soluções técnicas. Os achados reforçam a urgência de ações integradas que considerem tanto o bem-estar animal quanto a saúde coletiva, conforme preconizado pela literatura especializada.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo evidenciam que o abandono de animais em Nova Olinda do Norte configura-se como um problema complexo que exige abordagens multissetoriais integradas. Os dados coletados demonstram claramente a interligação entre fatores socioeconômicos, educacionais e de gestão pública na perpetuação deste cenário. A solução passa necessariamente pela implementação combinada de medidas estruturais e educativas que atuem tanto nas causas quanto nas consequências do problema.

A criação de um abrigo municipal adequadamente estruturado surge como medida prioritária para oferecer acolhimento temporário aos animais abandonados, combinada com programas permanentes de castração e vacinação que controlem a população animal e previnam zoonoses. Paralelamente, é fundamental fortalecer a fiscalização das leis existentes, garantindo que os casos de abandono sejam de fato penalizados, criando assim um efeito de responsabilização da população. Estas ações institucionais devem ser acompanhadas por amplas campanhas educativas que promovam a posse responsável desde a infância, trabalhando tanto nas escolas quanto através dos meios de comunicação locais.

A superação definitiva do abandono animal na região demandará tempo e persistência, pois envolve uma profunda transformação cultural. No entanto, os resultados deste estudo indicam caminhos claros e viáveis para iniciar este processo. A experiência de Nova Olinda do Norte pode servir de modelo para outros municípios de pequeno porte que enfrentam desafios semelhantes, demonstrando que é possível construir uma convivência mais harmoniosa e ética entre humanos e animais quando há vontade política e engajamento comunitário.

REFERÊNCIAS

- [1]. A LVES, A. J. S. et al. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP, v. 11, n. 2, p. 34-41, 2013.
- [2]. ARAÚJO, Beatriz Castro de; PELISSON, Gustavo Chalegre. Abandono de animais no município de Guaraí Tocantins: desafios jurídicos e implicações de responsabilidade. Revista Novos Desafios, Guaraí, TO, v. 4, n. 2, p. 13-25, 2024.
- [3]. BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Lei de Crimes Ambientais. Diário Oficial da União, Brasília, 1998.
- [4]. CARVALHO, S. R. Controle populacional de cães e gatos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- [5]. CASTELLANOS, P. L. Saúde pública e veterinária. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- [6]. EBLING, L.C.; GUABIROBA, J.S.; BENARRÓSH, R.S. A criminalização de maus tratos e abandono de animais domésticos no ordenamento jurídico nacional. Revista **A Fortiori**, Mineiros-GO, v.1, n.2, p.44-52, 2021.
- [7]. FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2010.
- [8]. FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da libertação. São Paulo: Editora Cortez, 1979.
- [9]. GODILHO, R. M. Direito penal ambiental. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.
- [10]. MARQUETTI, A. Estudos sobre abandono animal nos EUA. Tradução de NETO, J. P. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.
- [11]. MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Direito dos animais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
- [12]. MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- [13]. MOLENTO, C. F. M. Bem-estar animal: conceitos e questões. Curitiba: Editora UFPR, 2003.
- [14]. OZÓRIO, Andréa. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. Teoria e sociedade, UFMG, v.1, n. 21, p. 143-175, jan-jun. 2013.
- [15]. ROCHA, M. A. Abrigos para animais: diretrizes e práticas. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2013.